

## Nem Atena, nem Medusa: corpo, gênero e monstrosidade<sup>1</sup>

### Not Athena, not Medusa: body, gender and monstrosity

Júlia dos Anjos<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo tratará da interseção entre corpo e gênero, ao avaliar de que modo o discurso antifeminista divulgado na ferramenta *Facebook* mobiliza certas concepções e tabus acerca do corpo feminino, justamente com o fim de deslegitimar o feminismo como movimento político. Observa-se, ainda, que as feministas são percebidas por este grupo como figuras monstruosas, no sentido de que seus corpos pautados pelo excesso representam um dilema em relação à feminilidade, cuja construção subjetiva se alinha a um corpo que deve ser constantemente cuidado, aperfeiçoado e gerenciado.

#### Abstract

This article will address the intersection between body and gender by assessing how the anti-feminist discourse disclosed on Facebook mobilizes certain conceptions and taboos about the female body in order to delegitimize feminism as a political movement. It is also observed that feminists are perceived by this group as monstrous figures, once their bodies are seen to be ruled by excess and, therefore, represent a dilemma to a model of femininity aligned with a body that must be constantly cared for, perfected and managed.

#### Palavras-chave

Feminismo; Corpo; Monstro.

#### Keywords

Feminism; Body; Monster.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT 1 – Corpo, identidades e comunicação durante o XV Poscom PUC-Rio, realizado de 6 a 9 novembro de 2018 no Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq. E-mail: julianjos@gmail.com.

## 1. Introdução

Medusa era um ser de aparência repugnante: rosto escamoso, presas de javali, enormes asas, além de cobras na cabeça. Enquanto algumas versões da lenda narram que ela e suas duas gêmeas nasceram amaldiçoadas, outras contam que Medusa foi, antes, uma linda donzela, cujas graciosas madeixas foram convertidas uma a uma em serpentes, por obra de uma deusa enfurecida. Atena, a divindade da sabedoria, puniu a carne da mortal transformando-a em uma fera de aparência tão horrenda que petrificaria qualquer um que pusesse nela os olhos. Perseu, conhecido como um dos grandes heróis da mitologia grega, também não teve clemência para com a desafortunada criatura: utilizando-se de diversos artefatos concedidos pelos deuses, conseguiu matá-la. O que não se sabia é que o monstro era, também, uma mãe: a metamorfose forçada havia deixado seus filhos aprisionados em seu ventre. Eles só puderam vir à luz depois da aniquilação daquela que os gestava<sup>3</sup>.

O mito de Medusa apresenta diversos elementos emblemáticos. É interessante recordar, por exemplo, que Atena, a deusa da razão, guardava castidade absoluta. Além disso, não nasceu do ventre de sua mãe, mas sim emergiu diretamente da cabeça de Zeus. Não possuía, portanto, ligações com a carne. Quando decidiu castigar Medusa, a punição recaiu justamente sobre o corpo da jovem. Destaca-se, também, a dualidade entre monstro e mulher presente em Medusa: sua maternidade só pôde se fazer aparente quando sua monstruosidade não se apresentava mais como ameaça. Assim, o corpo abjeto aparece como incompatível com qualquer aspecto de feminilidade, ainda que se trate de um corpo originalmente feminino.

Fora do universo das mitologias, a conformação de corpos como monstruosos, repugnantes e desviantes também ocorre com mais frequência do que se supõe – não por feitiços ou maldições, mas sim por redes de saber e poder. Todos estão sujeitos a elas, o que não impede, todavia, que alguns grupos sociais enfrentem especial ingerência sobre seus corpos ao longo da história. Desta maneira, este artigo tratará da interseção entre corpo e gênero, avaliando como os estereótipos e tabus acerca do corpo feminino podem trazer consequências políticas.

---

<sup>3</sup> Estas versões sobre o mito de Medusa foram coletadas em WILK (2000).

Mais especificamente, será analisado o discurso antifeminista nas redes sociais, por meio do conteúdo divulgado na ferramenta *Facebook*. Foram coletadas, entre outubro e janeiro de 2018, publicações de duas páginas que apresentam conteúdo contrário ao feminismo: “Jessião, a feminista” e “Moça, você não precisa do feminismo”. Tais páginas foram escolhidas devido ao fato de que realizam publicações com considerável periodicidade e têm como foco temático as críticas ao movimento feminista de maneira exclusiva. Em uma análise exploratória, observei que a questão do corpo tem centralidade na desaprovação conferida ao ativismo pelos direitos das mulheres. Dito de outro modo: os autores dos conteúdos antifeministas costumeiramente utilizam o corpo de suas adversárias políticas como motivo e explicação do seu antagonismo em relação a elas. Torna-se relevante, portanto, analisar que concepções do corpo feminino estão sendo convocadas com o fim de deslegitimar o feminismo politicamente.

## **2. O corpo: breve relato de rupturas e continuidades ao longo da história**

O corpo é categoria emblemática da cultura ocidental. Ele concretiza as questões que são, para nós, fontes de persistente desassossego, sobretudo nossa inescapável finitude. Destacar sua relevância como objeto de estudo não impede, contudo – talvez, inclusive exija – que reconheçamos o fato de que o corpo como o concebemos é uma invenção, isto é, uma construção histórica.

Como destaca Tucherman (1999), a noção de corpo como algo que se tem, absolutamente próprio e privado, que parece incontestável ao senso comum na sociedade ocidental é, na verdade, estranha às sociedades antigas, que vivenciavam o corpo de maneira comunitária: cada qual estaria em equilíbrio com o outro e com as forças cósmicas. Um exemplo desta concepção antiga seriam os rituais em que se reproduziam comportamentos animais com o fim de incorporar e assumir seus poderes: matava-se a fera mas confundia-se com ela, não havendo contradição entre ser e não ser animal (TUCHERMAN, 1999). Este ideário se torna virtualmente ininteligível para a cultura ocidental, que toma como chaves explicativas pares dicotômicos como natureza e cultura, corpo e alma, besta e humano, mulher e homem, emoção e razão.

A situação feminina na civilização grega também é reveladora para evidenciar o modo como as concepções sobre o corpo podem modificar-se drasticamente. Thomas Laqueur

(1990) – historiador que procura mostrar que a diferença de sexo, assim como a de gênero, foi construída historicamente – explica que, durante séculos, era senso comum que as mulheres apresentavam genitálias semelhantes às dos homens, porém de maneira invertida: a vagina seria um pênis voltado para o interior do corpo e os ovários seriam os testículos ao contrário. Desta maneira, o que diferenciava homens e mulheres não eram os órgãos sexuais, mas sim o calor vital – tratava-se de uma diferença de grau, mais do que de forma ou natureza. A mulher era vista como detentora de menor calor corporal e, por isso, seria mais frágil e deveria permanecer vestida, no interior do ambiente doméstico. Percebe-se, assim, que o fato de existir um modelo de sexo único, em oposição ao atual modelo de dois sexos, não facilitou a participação feminina nas decisões da sociedade.

Outra importante mudança na configuração do corpo no Ocidente se deu a partir do fortalecimento do Cristianismo. A história de Adão e Eva deixa claro que nascemos a partir do pecado, o que, segundo Tucherman (1999), foi determinante para estabelecer uma cisão entre corpo e alma: os cristãos deveriam investir na sublimação de suas almas e renunciar aos prazeres da carne, preferencialmente castigando o corpo pecaminoso com punições. De acordo com esta visão de mundo, o único aspecto ligado ao corpo que poderia ter algum valor espiritual seria sua dor. Este é, portanto, um modelo frontalmente afastado do ideário grego, como também ressalta Jack Holland (2006) ao lembrar que, junto ao pecado, surgiu um senso de vergonha diante do corpo humano. Este tipo de relação com o corpo seria especialmente perverso para as mulheres, pois “deu à misoginia uma nova e destrutiva dimensão” (HOLLAND, 2006, p. 43).

Com efeito, alguns séculos mais tarde, em 1487, inquisidores alemães escreveram o “Martelo das Feiticeiras”, um guia para reconhecer e punir atos de bruxaria, em que o corpo é colocado como meio privilegiado de relação com o demônio. Ao buscar uma explicação para o fato de que as mulheres eram acusadas de bruxaria com muito mais frequência do que os homens, os autores afirmam:

Mas a razão natural está em que a mulher é mais carnal que o homem, o que se evidencia pelas suas muitas abominações carnis. E convém observar que houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é um animal imperfeito, sempre decepciona e mente (KRAMER & SPRENGER, 2016, p. 124)

Pode-se perceber que, no caso, a misoginia<sup>4</sup> foi racionalizada utilizando como motivo o corpo. Após muito sangue derramado, as execuções de mulheres que não se encaixavam nos padrões eventualmente diminuíram. Consolidava-se o que o Foucault (2004) chamou de sociedade disciplinar: o poder passou a ser exercido de formas distintas, menos espetaculares e custosas, mas não por isso menos penetrantes. As cidades se desenvolveram e as fábricas precisavam de operários, “corpos dóceis e úteis”, como afirma o filósofo francês.

O século XIX assistiu ao fortalecimento da ordem familiar burguesa, centrada na família nuclear, como um modo de lidar com a dificuldade, emergente na época, de manejar os sinais da personalidade em público. Como ressalta Sennett (1998), diante da impossibilidade de se controlar e moldar a ordem pública, a atenção foi voltada para o ambiente privado, por permitir maior facilidade de gestão, sendo um âmbito onde a ordem e a autoridade paternas eram incontestáveis. Assim, o lar torna-se parâmetro de honra e dignidade para o espaço público, visto como moralmente inferior. A reforma protestante, segundo Colling (2014), já havia preparado o terreno para que pudesse ganhar espaço a representação feminina como “anjo do lar”, figura pura, pouco afeita aos prazeres da luxúria – clara oposição à ideia anteriormente dominante da mulher luxuriosa, inclinada ao pecado da carne.

O Calvinismo trouxe também outra inovação: o senso de comprometimento pessoal. De acordo com esta doutrina, nem todos seriam salvos, apenas aqueles que acreditassem e se comprometessem individualmente. Como demonstra Taylor (1989), este foi um dos pilares para a construção do individualismo moderno, caracterizado ainda por um desengajamento do sujeito em relação ao mundo, no qual ele emerge como um ser independente. Seus propósitos de vida, crenças e valores são particulares e devem ser buscados dentro de si mesmo, através da reflexão, e não em uma fonte externa. O sujeito e sua mente são as formas privilegiadas de conhecimento, o que teve, certamente, influências sobre o corpo.

---

<sup>4</sup> Etimologicamente, misoginia significa ódio a mulheres. É importante observar, porém, que tal hostilidade não deve ser compreendida como atributo de agentes individuais, um sentimento presente no interior do sujeito, sem relação com a cultura e o entorno social. Como argumenta Manne (2018), a misoginia é um fenômeno político, parte integrante de sistemas ou ambientes sociais, que necessitam da imposição e do controle de normas e expectativas. Funciona, assim, como um conjunto de métodos caracterizado por conceber e punir como inimigas as mulheres que não se adequam aos padrões firmados pelos homens.

A saúde, assim como tudo mais, se torna responsabilidade individual, não uma dádiva de Deus, consequência da pureza da alma. E a família nuclear – que, como foi dito, ganha preponderância em relação a outras formações familiares – converte-se em lócus privilegiado para a regulação do bem-estar e da higiene da população. Nas palavras de Foucault: “A política médica, que se delineia no século XVIII em todos os países da Europa, tem como reflexo a organização da família, ou melhor, do complexo família-filhos, como instância primeira e imediata da medicalização dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 200). Nas casas impecáveis e purificadas, habitava uma mulher dócil e asseada que cuidaria de crianças bem-educadas e saudáveis para integrarem as escolas e do homem civilizado e robusto que trabalharia na fábrica. Assim, o poder e o saber médico penetravam nas mínimas instâncias da vida dos cidadãos, moldando suas subjetividades, mas também conseguiam, ao mesmo tempo, a administração sobre a população em geral. Estes dois pólos do poder – massificante e individualizante – não se opõem e sim se fortalecem mutuamente.

Para que isso fosse possível, contudo, uma importante virada em relação à moral cristã precisou acontecer, no que concerne à questão do casamento. Simone de Beauvoir, em sua análise sobre a condição feminina ao longo da história, lembra que a mulher era vista pela Igreja como fonte de todo pecado, o que tornava o casamento não apenas algo desagradável como também indigno para o homem cristão, que deveria rejeitar as tentações femininas para atingir a perfeição. Neste contexto, São Jerônimo chegou a escrever: “Empunhemos o machado e cortemos pelas raízes a árvore estéril do casamento” (BEAUVOIR, 2016, p. 134). Já para as sociedades do século XVIII e XIX, o matrimônio estava longe de ser uma árvore estéril – como ressalta Oliveira (2013), o discurso médico não estava interessado na ascese espiritual, mas no ideal de longevidade e crescimento populacional.

Apesar de ter sido permitido às mulheres certo afastamento da sombra de Eva, seu destino ainda não seria marcado por uma libertação. Sandra Bartky (1998) examina as práticas disciplinares dirigidas especificamente a mulheres com o fim de reger e moldar o corpo feminino, nos mínimos detalhes. Segundo este minucioso conjunto de regras que molda o que se conhece como “feminilidade”, a pele de uma mulher deve ser macia e lisa, livre de manchas, sinais ou rugas, e será conseguida através do uso pertinaz de uma miríade de produtos destinados a cada uma das partes do seu corpo. Seus pelos precisam ser removidos não apenas do rosto, mas também de grandes superfícies do corpo, inclusive da região

pubiana. Isto pode ser feito com lâminas que os podam, pinças ou ceras que os arrancam, ou através de soluções mais elaboradas e custosas, como o laser, que literalmente destrói os folículos pilosos.

Para todas estas práticas, é necessário que a mulher realize grandes investimentos de tempo e dinheiro: ela é instada a adquirir conhecimento especializado sobre produtos, marcas e modos de aplicação, além de dominar os truques para aumentar os olhos ou fazer a boca parecer mais cheia usando apenas maquiagem. Também é esperado que desenvolva o hábito de realizar tais atividades continuamente, muitas vezes a partir de um quadro de horários: pela manhã, os cremes do rosto, seguidos do cuidado com o corpo; para o cabelo, um sérum durante o banho e uma loção após; à noite, os bálsamos antienvhecimento, e assim por diante. Nesse sentido, Bartky (1998) afirma que a mulher se aproxima da criança na escola e do funcionário da fábrica, que devem seguir seus horários rigidamente. O que a afasta destes dois exemplos paradigmáticos é que o poder disciplinar que inscreve as regras da feminilidade não está em uma instituição ou autoridade específica, mas se apresenta “em todo lugar e em lugar algum” – fato que ajuda a criar a impressão de que a feminilidade é voluntária ou natural.

Desta maneira, o poder é exercido sobre as mulheres não apenas sob a forma ostensivamente violenta, mas também por meio da imperceptível construção da sua subjetividade em torno de práticas que aprofundam sua diferença em relação ao homem. Sendo assim, lembra Bartky (1998), mulheres que afirmam não ver problema algum em sua situação e recusam peremptoriamente qualquer associação ao feminismo não estão simplesmente sendo manipuladas e servindo como peões à ideologia sexista – elas estão defendendo sua formação subjetiva, o valor que acreditam ter como sujeito. Um movimento que questiona as redes de saber e poder por trás da feminilidade ameaça a própria concepção de corpo destas mulheres, e o mérito que acreditam merecer por ter seguido todas as regras que o conformam. Nas palavras da autora: “Por isso, qualquer projeto político que vise dismantlar o mecanismo que transforma o corpo de uma mulher em um corpo feminino pode ser compreendido como algo que ameaça com a dessexualização, ou até mesmo com a absoluta aniquilação” (BARTKY, 1998, p. 105, tradução livre).

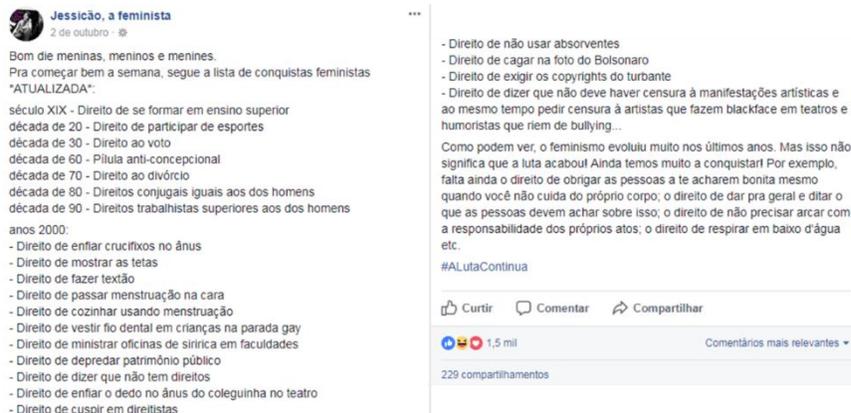
Percebe-se, deste modo, que a concepção de corpo se modifica ao longo do tempo de acordo com os reveses da história: comunhão cósmica para povos antigos, carne pecaminosa

segundo a Igreja Católica, corpo dócil e útil regido pelos dispositivos de saber e poder das sociedades disciplinares – parâmetros que, por vezes, excluía as mulheres ou as incluía de maneira perversa. Não se pretende, aqui, colocar estas diferentes conformações corporais como evolução, decadência ou linha temporal, mas sim perceber continuidades e descontinuidades que podem se manifestar na visão contemporânea em relação ao corpo da mulher. Que concepções persistem, afinal?

### 3. A mulher que não pode escapar do corpo

A imagem abaixo, retirada de uma página antifeminista, enumera atos controversos ocorridos em diversos contextos: “mostrar as tetas” provavelmente se refere a protestos do grupo ucraniano Femen, unido aqui a menções sobre a parada gay, aos “textões” publicados por todo tipo de ativista nas redes sociais e aos polêmicos episódios em que um ator e um deputado reagiram com cuspes a ofensas de seus antagonistas políticos, em 2016. Há, também, duas questões complexas apresentadas de maneira descontextualizada: a discussão sobre liberdade de expressão e censura da arte e da nudez e o debate sobre apropriação cultural e validade do uso do turbante por mulheres brancas. Tal diversidade de manifestações é utilizada para criticar especificamente o feminismo, como se todas as suas pautas atuais se reduzissem a tais práticas, consideradas abjetas.

Figura 1 – Foto de tela da publicação da página “Jessicão, a feminista”.

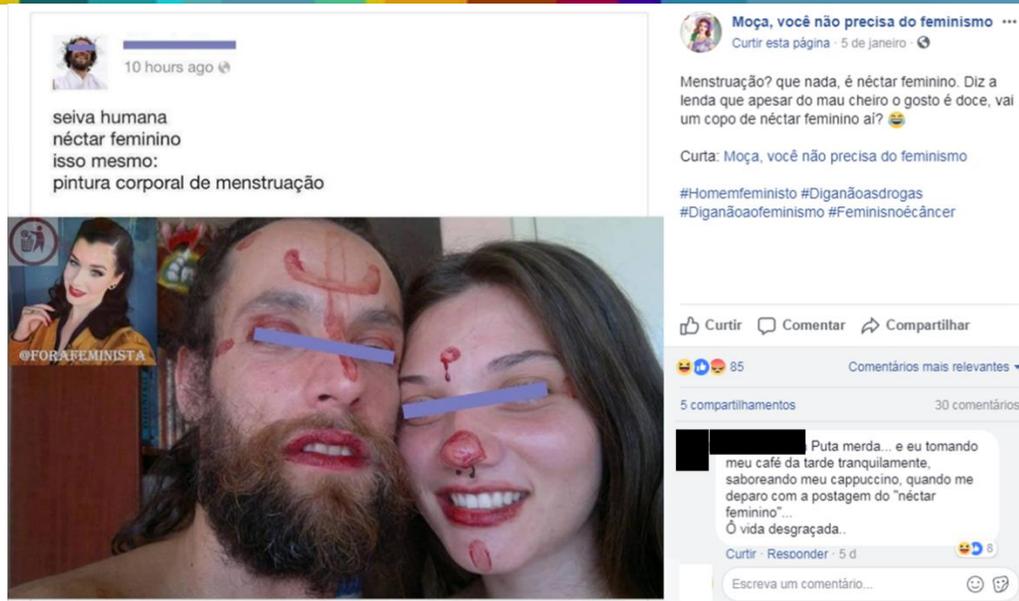


Fonte: Acervo da autora.

Apesar disso, este exemplo torna-se relevante ao destacar a centralidade da questão do corpo na crítica que se apresenta ao feminismo: dos dezoito pontos listados, treze estão relacionados a aspectos corporais. Destes, são seis os que, de fato, possuem conexão direta ao movimento pelos direitos das mulheres, sendo três referentes especificamente à menstruação. Um quarto ponto alude à discussão sobre imagem corporal: “obrigar as pessoas a te acharem bonita mesmo quando você não cuida do próprio corpo”, provavelmente uma referência ao debate sobre a gordofobia ou à decisão em manter os pelos corporais, aqui tratadas como desleixo em relação aos cuidados com o corpo. O quinto item trata da sexualidade: “o direito de dar para geral e ditar o que as pessoas devem achar sobre isso”, o que afirma a crença na promiscuidade das feministas. O último elemento provavelmente reporta-se à discussão sobre legalização do aborto, julgando que todas as militantes que defendem a pauta o fazem simplesmente pelo desejo de “não precisar arcar com a responsabilidade dos próprios atos”.

Dentre os fatores listados acima sobre o que é entendido como um “corpo feminista”, optei por analisar um deles mais detidamente: o tabu em torno do sangue menstrual, que se apresenta com frequência no material analisado e possui centralidade dentre as questões que envolvem a experiência corporal feminina. As publicações antifeministas abordam este tema por meio da divulgação de imagens em que feministas lidam diretamente com seu sangue menstrual: deixando-o escorrer pelas roupas, utilizando-o para pintura de quadros ou, como no caso exemplificado abaixo, no próprio corpo. Não há como ter certeza de que o homem e a mulher retratados se identificam como feministas, nem se estão utilizando sangue menstrual como uma forma de protesto feminista ou por qualquer outro motivo. Ainda assim, o conteúdo foi apresentado como sendo a quintessência do movimento e, assim, torna-se interessante analisar que crenças motivam esta atenção dada pelos antifeministas ao tema. Uma expressão utilizada na legenda da publicação começa a esclarecer a questão: “apesar do mau cheiro”.

Figura 2 – Foto de tela da publicação da página “Moça, você não precisa do feminismo”.



Fonte: Acervo da autora.

De acordo com Sardenberg (1994), em diversas sociedades e culturas o sangue menstrual não apenas é percebido de maneira diferente daquele que corre no interior das veias, como também é visto como inferior, impuro e abjeto. Aristóteles acreditava que uma mulher menstruada tinha o poder de enfeitiçar com o olhar (habilidade que dialoga diretamente com o mito de Medusa). O filósofo Plínio, o Velho, creditava ao sangue menstrual todo tipo de poderes mágicos, em sua maioria maléficos: ao seu contato, o vinho azedaria, as colheitas estragariam, o brilho do mármore se perderia, as colmeias morreriam. As crenças deste pensador mantiveram-se em voga durante a Idade Média, citadas por inúmeros eclesiásticos para reafirmar o caráter impuro do sangue menstrual e, assim, interditar as mulheres à participação nas funções rituais.

Glenda Hufnagel (2012) sublinha a importância do tripé religião, saber médico e indústria como responsável pela construção cultural da menstruação. A religião define a experiência da menstruação pautada pela vergonha mas, a partir do século XIX, o saber médico a constrói como patologia e, no século XX, a indústria de produtos menstruais traz o apelo da higiene. No que concerne o discurso médico, Ehrenreich e English (2005) observam que a medicina vigente na época vitoriana colaborou para constituir a feminilidade como uma doença, e no centro deste argumento estava a menstruação: o repouso absoluto era prescrito neste período.

Conservar as mulheres permanentemente como pacientes pelo simples fato de serem mulheres era o que, segundo as autoras, colaborava para garantir clientes cativos para os médicos e também manter a população feminina afastada do exercício da medicina.

A menstruação também foi utilizada para argumentar que mulheres não deveriam estudar, não só a ciência médica como qualquer área do conhecimento. Em 1873, Edward Clarke, um professor de medicina de Harvard, publicou um ensaio em que fornecia motivos ditos científicos para manter mulheres fora das universidades. Sua obra se tornou muito conhecida e influente, contando com dezessete edições em treze anos. De maneira semelhante a muitos outros médicos de sua época, ele invocava a ideia de que o corpo, como a máquina, continha uma quantidade limitada de energia. E, no caso das mulheres, ela deveria ser preservada e focada no útero e nos ovários. O esforço mental excessivo desviaria para o cérebro a energia necessária para as funções reprodutivas, o que deixaria estéril a mulher culta (HUFNAGEL, 2012).

De fato, a menstruação segue até os dias atuais mantendo estreita relação com a fertilidade feminina e, portanto, com a ideia hegemônica de feminilidade. Há aí, contudo, uma contradição, pois a noção de feminilidade ideal não combina com a realidade corporal da menstruação. Susan Brownmiller (1984) lembra que a feminilidade prescreve como atributos necessários à mulher limpeza, ordem e delicadeza, virtudes que se colocam em claro contraste com a percepção do sangue menstrual como impuro, incontrolável e selvagem. Por mais que a menstruação seja signo da natureza feminina, as mulheres são levadas a esconder que menstruam para manter a feminilidade intacta - fato que é altamente explorado nas propagandas de absorventes higiênicos.

Tais anúncios, como notam Courts e Berg (1993), apesar de não afirmarem de maneira explícita que as mulheres menstruadas sejam sujas, certamente o indicam, ao referirem-se continuamente à necessidade de sentir-se limpa, fresca e seca durante este período. Assim, as empresas se colocam como parceiras das mulheres nesta missão de passar incólume ao período da menstruação - mas, para isso, dependem que elas sigam sentindo-se envergonhadas deste fato. Fabricantes de anticoncepcionais, por sua vez, auxiliam as mulheres que desejam parar de menstruar, prática, inclusive, chancelada por médicos (SARDENBERG, 1994). Deste modo, a indústria pauta um tipo de relação da mulher com a menstruação que é sempre acompanhada de uma inquietação: ou o sangue menstrual é visto

como inútil, podendo ser descartado com o uso de drogas, ou leva-se adiante o destino biológico, mas de uma maneira marcada pela vergonha. Existe outro caminho possível?

#### 4. A feminista monstruosa ou a mulher que não quer escapar do corpo

Edley e Wetherell (2001), ao analisar o discurso de homens sobre feminismo e feministas, notaram a tendência a uma polarização de opiniões, o que chamaram de lógica Jekyll e Hyde, em referência ao livro de R.L. Stevenson<sup>5</sup>. Como o Dr. Jekyll, as mulheres que desejam igualdade de oportunidades são consideradas racionais e sensatas, visto que grande parte dos homens entrevistados acredita que a igualdade é um valor positivo. Este desejo não pode, contudo, ser extremo, ou elas se transformam em Hyde: coléricas, perigosas e monstruosas, sendo descritas por eles de formas altamente teatralizadas e com referências corporais. Nas publicações analisadas, esta lógica aparece de maneira semelhante, como demonstra o caso abaixo.

Figura 3 – Foto de tela da publicação da página “Moça, você não precisa do feminismo”.



Fonte: Acervo da autora.

<sup>5</sup> A obra, lançada no Brasil com o título “O médico e o monstro”, narra as experiências de um cordial e respeitado médico, Dr. Jekyll, que descobre, por meio da química, uma maneira de separar de seu corpo suas más inclinações. Seu lado selvagem e desregrado, antes adormecido sob a égide do homem civilizado, encarna na forma de Mr. Hyde.

Na postagem, mulheres militares, que persistem em uma carreira majoritariamente masculina a partir do esforço e da meritocracia, são vistas em luz positiva, racionais como o Dr. Jekyll. Elas contrastam com as militantes que pintam o corpo, seguram cartazes e bradam gritos de ordem, o que seria o comportamento negativo associado ao personagem Mr Hyde. É interessante destacar, porém, que a pesquisa de Edley e Wetherell (2001) detectou uma oposição binária acerca de feministas – a “feminista boa” e a “feminista má” – enquanto o conteúdo antifeminista analisado cria um novo par de diferença: as mulheres que “fazem por merecer sua carreira” e aquelas que “não sabem fazer outra coisa além de agir com histeria”. É uma oposição entre mulheres que lutam pelo próprio destino de maneira individual e mulheres que acreditam e se alinham a um movimento coletivo em busca de modificações na sociedade. Nesta lógica, não há espaço para uma militante sensata como o doutor Jekyll – já está decidido que todas as feministas são o monstro, Mr Hyde.

A publicação abaixo corrobora esta visão. Nela, pode-se observar um personagem se preparando para uma luta. Ao perceber que seu oponente é um ser de aspecto monstruoso, corpulento, que apresenta pelos desganhados, presas afiadas e pele esverdeada, o lutador, então, exclama: “uma feminista!”. A legenda da foto ratifica a mensagem: “Melhor representação de uma feminista”. Que fatores compõem esta construção imaginária da feminista como figura monstruosa?

Figura 4 – Foto de tela da publicação da página “Moça, você não precisa do feminismo”.

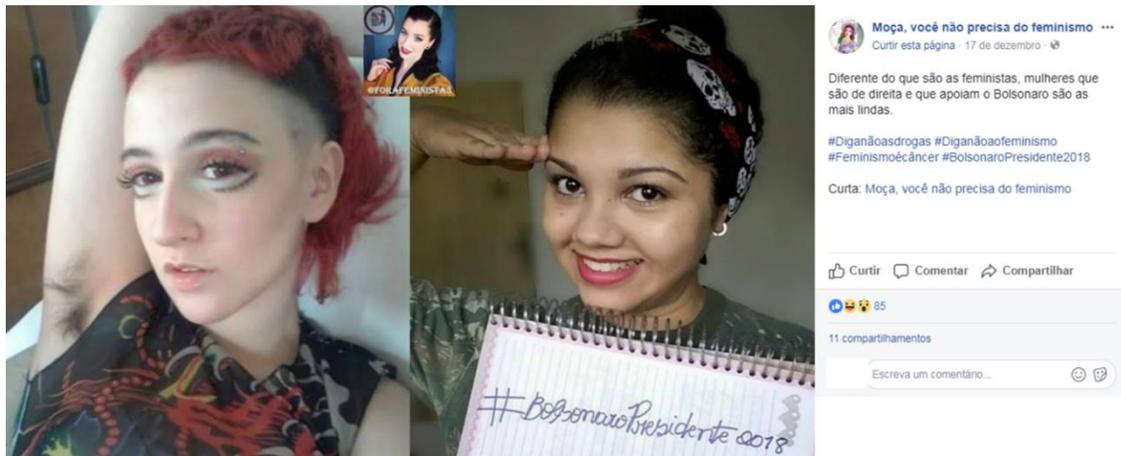


Fonte: Acervo da autora.

De acordo com Tucherman (1999), os monstros imaginários surgem a partir de hibridações de humanos com seres de outra natureza, diferentes espécies de animais ou até mesmo deuses. O fator que causa incômodo é justamente que o monstro está afastado do padrão, mas ainda está inserido, de alguma forma, no que se considera humano. O monstro assusta porque sabemos que não somos iguais a ele, mas também não somos totalmente diferentes. Afinal, se fosse simplesmente um animal, não seria monstro: esta confusão do outro com o mesmo é justamente o que o qualifica. Deste modo, ele esgarça os limites da humanidade e ostenta nossas dúvidas sobre o que nos mantém nesta condição e até onde podemos nos modificar e, ainda assim, continuarmos humanos.

A feminista, percebida como uma figura monstruosa, também representa este dilema, sobretudo em relação à feminilidade. Ela é uma mulher porém se apresenta, na ótica de seus opositores, animalizada – tanto por sua atitude considerada irracional, feroz e perigosa, quanto pela sua aparência corporal que foge aos detalhados padrões atribuídos à fêmea humana. A despeito de todas estas anormalidades, seus adversários sabem que ela ainda é uma mulher, e é precisamente este fato que faz com que seja interessante para eles compará-la com outras mulheres, como ocorre na publicação abaixo:

Figura 5 – Foto de tela da publicação da página “Moça, você não precisa do feminismo”.



Fonte: Acervo da autora.

A imagem também apresenta uma contraposição entre o corpo visto como monstruoso pautado pelo excesso e o corpo adestrado do humano comum. Assim, a feminista representada possui maquiagem pesada, cabelos vermelho-vivo e pelos corporais abundantes, enquanto a outra jovem sorri, usa maquiagem leve, roupa com motivos militares e, inclusive, realiza uma continência. A moça com axilas consideradas escandalosas representa a natureza selvagem e o medo de que esta animalidade destrua toda a razoabilidade e sofisticação culturais apresentadas por suas ditas rivais, um devir que precisa ser evitado. O fato de que a feminista monstruosa ainda apresente algo em comum com as mulheres “de direita” traz a apreensão de que estas mulheres ainda possam ser arrastadas para o outro lado, metamorfoseando seu corpo.

Estabelecer essa comparação dicotômica, deste modo, acaba funcionando como uma defesa, uma vez que demarca uma fronteira entre o mesmo e o outro. A exclusão do diferente permite a afirmação da identidade dos iguais, no caso, das mulheres “de direita”. A imagem monstruosa da feminista, apesar de enojar suas antagonistas, serve como um lembrete de quais são os parâmetros aceitáveis dentro do grupo e funciona, ainda, como uma advertência sobre a gravidade de não cumpri-los: perda da feminilidade e – como, para elas, é inconcebível o corpo que nega o sexo e o gênero atribuídos – da humanidade. O monstro é necessário para construir e reforçar as regras que definem o que seria um corpo considerado normal.

Do ponto de vista feminista, as militantes que escolhem manter os pelos corporais, como no exemplo acima, podem ser incluídas no fenômeno que Tucherman (1999) chama de “novos *freaks*”, isto é, tendência que se iniciou com o movimento da contracultura na década de sessenta e conferiu um novo sentido ao termo “*freak*”, como uma atitude de resistência e desafio exercida no corpo. Assim, a palavra que, antes, designava uma pessoa portadora de deformações passa a ser utilizada como bandeira para expressar corporalmente a contrariedade diante das normas estabelecidas e das maneiras convencionais. A afirmação da diferença a partir do bizarro, do grotesco visível no corpo, passa a indicar uma possível fuga dos sistemas disciplinares. A autora destaca, entretanto, que esta tática foi, em muitos casos, absorvida pelo consumo, o que diluiu sua potencialidade para questionar as normas.

Na conjuntura aqui analisada, entretanto, nota-se que a polêmica ainda permanece, sobretudo no que se refere ao questionamento em torno do sangue menstrual e dos pelos corporais. Os corpos das feministas que desafiam estes tabus ainda são ridicularizados e vistos como grotescos. O mercado de artigos voltados ao corpo das mulheres, apesar de se apropriar de conceitos como “poder feminino” e “liberdade” em suas campanhas, ainda permanece apostando nos mesmos absorventes higiênicos e produtos depilatórios e tendo como base para seu consumo a relação da mulher com seu corpo pautada pela vergonha e pela abjeção.

## 5. Observações conclusivas

Sangramentos periódicos, pelos excessivos, pele que envelhece. Os inconvenientes da carne não se alinham com a etérea construção subjetiva da feminilidade tradicional. Nesse sentido, o corpo inadequado e pecaminoso se apresenta como prisão da alma feminina: ele dificultaria a permanência das mulheres no paraíso perfumado que lhes seria devido. Este corpo, portanto, precisaria ser remediado, aperfeiçoado e gerenciado. Lutar contra o corpo, contudo, se mostra uma tarefa contínua, uma guerra que não será ganha porque sua permanência é o que permite a ação dos mecanismos de poder.

Em realidade, como Foucault nos esclarece, é a alma que aprisiona o corpo, na medida em que é “efeito e instrumento de uma anatomia política” (FOUCAULT, 2004, p. 29). Os diversos tabus nos quais o corpo feminino ainda está envolto são efeitos de certas formações de saber e poder e, também, instrumentos para ridicularizar mulheres publicamente e, assim,

manter o status quo. Quando mulheres percebem que não é o corpo exatamente o que as aprisiona e decidem transformá-lo em um desafio às regras, não quer dizer que elas ficarão livres dos mecanismos de poder. Ainda assim, um novo caminho se abre e ele, talvez, permita mais liberdade de movimentação. Nem deusas, nem monstros, apenas mulheres que vivem um corpo.

### Referências

- BARTKY, Sandra Lee. *Femininity and Domination: Studies in the Phenomenology of Oppression*. New York: Routledge, 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BROWNMILLER, Susan. *Femininity*. New York: Ballantine Books, 1984.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados: Editora UFGD, 2014.
- COURTS, L. Block & BERG, D. H.. The portrayal of the menstruating woman in menstrual product advertisements. *Health Care for Women International*, v. 14, 1993.
- EDLEY, Nigel & WETHERELL, Margareth. Jekyll and Hyde: Men's Construction on Feminism and Feminists. *Feminism Psychology*, v. 11, 2001.
- EHRENREICH, Barbara & ENGLISH, Deirdre. *For her own good: two centuries of the experts' advice to women*. New York: Anchor Books, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- HOLLAND, Jack. *A Brief History of Misogyny: The world's oldest prejudice*. London: Robinson, 2006.
- HUFNAGEL, Glenda. *A History of Woman's Menstruation from Ancient Greece to the Twenty-First Century: Psychological, Social, Medical, Religious and Educacional Issues*. Lewinston: The Edwin Mellen Press, 2012.
- KRAMER, Heinrich & SPRENGER, James. *O Martelo das Feiticeiras*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.
- LAQUEUR, Thomas. *Making sex: body and gender from the Greeks to Freud*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

MANNE, Kate. *Down girl: the logic of misogyny*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

OLIVEIRA, Cristiane. Higiene matrimonial, sexualidade e modos de subjetivação no Brasil do Século XIX (1847-1870). *Revista EPOS*, v.4, 2013.

SARDENBERG, Cecilia M. B.. De Sangrias, tabus e poderes. *Estudos Feministas*, n. 2, 1994.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TAYLOR, Charles. *Sources of the Self: The Making of Modern Identity*. Cambridge: Harvard University Press: 1989.

TUCHERMAN, Ieda. *Breve história do corpo e de seus monstros*. Lisboa: Ed. Veja, 1999.

WILK, Stephen. *Medusa: solving the mystery of the gorgon*. New York: Oxford University Press, 2000.